didatos na parte oral é constituída pelos capítulos seguintes:

Deve ler-se:

Defesa da dissertação que deve ser apresentada, em quintuplicado, até o fim do prazo da abertura do concurso.

*

As provas escritas versarão.....

A parte vaga sobre a qual serão interrogados os candidatos na prova oral é constituída pelos capítulos seguintes:

Conselho da Direcção Geral das Alfândegas, 3 de Dezembro de 1932.—O Presidente, *Manuel dos Santos*.

MINISTÉRIO DA MARINHA

Direcção Geral da Marinha

Direcção da Marinha Mercante

Portaria n.º 7:479

Estabelece o regulamento aprovado por decreto n.º 20:365, de 3 de Outubro de 1931, e decreto n.º 20:442, de 20 de Outubro de 1931, imposto de tonelagem para navios de passageiros inferior ao que é aplicado aos navios de carga. A simples interpretação dos papéis de bordo nem sempre é suficiente para a aplicação de um critério justo, por isso que tais documentos não obedecem a legislação uniforme, podendo daí resultar o contra-senso de ser considerado de passageiros o navio que à face da nossa legislação não alcançaria tal classificação. Oferocer-se-ia assim à navegação nacional de navios de carga a absurda situação de ter maiores impostos em portos portugueses do que navios estrangeiros, considerados de passageiros pelas respectivas autoridades, que à face da nossa lei seriam simplesmente tratados como navios de carga.

Nestas condições:

Manda o Governo da República Portuguesa, pelos Ministros das Finanças e da Marinha, que sejam considerados navios de passageiros, para efeito de pagamento de taxas e impostos, os que satisfaçam às condições estabelecidas para o transporte de mais de doze passageiros, quer na lei interna, quer na Convenção Internacional para a salvaguarda da vida humana no mar (1929), quando se trate de condições comuns, ou só na lei interna, quando haja que apreciar preceitos excluídos da Convenção. A autoridade aduaneira ou a marítima servir-se-ão, em geral, para a classificação de navios de passageiros, dos certificados em vigor existentes a bordo, e recorrerão, nos casos de dúvida, ao parecer da Direcção da Marinha Mercante, que será em todos os casos definitivo, dêle não podendo haver recurso. O procedimento das autoridades aduaneira e marítima deve ter em vista critério uniforme para navios nacionais e estrangeiros, por forma a se evitar que navios estrangeiros tenham menores imposições marítimas do que navios nacionais em idênticas condições.

Paços do Governo da República, 2 de Dezembro de 1932.—O Ministro das Finanças, *António de Oliveira Salazar*.—O Ministro da Marinha, *Aníbal de Mesquita Guimarães*.

MINISTÉRIO DAS COLÓNIAS

Direcção Geral das Colónias do Oriente

Decreto n.º 21:951

Permitindo as leis de alguns países onde existe a crise do desemprego que os nacionais portugueses domiciliados nos seus territórios possam continuar a exercer nêles a actividade para que haviam sido contratados, e sendo de justiça que, em reciprocidade, igual procedimento seja adoptado em relação a nacionais dêsses países que actualmente residem e trabalham no ultramar português;

Usando da faculdade que me confere o n.º 2.º do artigo 2.º do decreto n.º 12:740, de 26 de Novembro de 1926, por força do disposto no artigo 1.º do decreto n.º 15:331, de 9 de Abril de 1928, sob proposta dos Ministros de todas as Repartições:

Hei por bem decretar, para valer como lei, o seguinte:

Artigo 1.º Todo o individuo de nacionalidade estrangeira que, por virtude de contrato, se encontre à data da publicação dêste decreto exercendo a sua actividade em alguma colónia portuguesa poderá continuar nesse exercício, e ser recontratado, se a lei do seu país fizer igual concessão aos nacionais portugueses.

Art. 2.º Fica revogada a legislação em contrário.

Determina-se portanto a todas as autoridades a quem o conhecimento e execução do presente decreto com força de lei pertencer o cumpram e façam cumprir e guardar tam inteiramente como nêle se contém.

Os Ministros de todas as Repartições o façam imprimir, publicar e correr.

Para ser publicado nos «Boletins Officiais» de todas as colónias.

Dado nos Paços do Governo da República, em 7 de Dezembro de 1932.—ANTÓNIO ÓSCAR DE FRAGOSO CARMONA—*António de Oliveira Salazar*—*Albino Soares Pinto dos Reis Júnior*—*Manuel Rodrigues Júnior*—*Daniel Rodrigues de Sousa*—*Aníbal de Mesquita Guimarães*—*César de Sousa Mendes do Amaral e Abranches*—*Duarte Pacheco*—*Armindo Rodrigues Monteiro*—*Gustavo Cordeiro Ramos*—*Sebastião Garcia Ramires*.

MINISTÉRIO DO COMÉRCIO, INDÚSTRIA E AGRICULTURA

11.ª Repartição da Direcção Geral da Contabilidade Pública

Rectificação

Para os devidos efeitos se publica que no despacho de 4 de Outubro de 1932, publicado no *Diário do Governo* n.º 273, 1.ª série, de 21 de Novembro de 1932, na parte que diz: «2.000\$ do n.º 2) Telefones», deve-se ler-se: «1.792\$40».

11.ª Repartição da Direcção Geral da Contabilidade Pública, 2 de Dezembro de 1932.—O Director de Serviços, *Alvaro Eugénio Leão Prestes Cabreira*.